

CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO

“Como pode ter êxito qualquer governo com todos contra?”

Eis os principais pontos do pronunciamento do presidente José Sarney no seu programa Conversa ao Pé do Rádio, divulgado na última sexta-feira, em que o destaque foi sua preocupação com os que estariam criando entraves à democracia:

Quero ressaltar dois fatos importantes desta última semana. O primeiro deles foi o lançamento do programa “Nossa Natureza”, que se destina a proteger a ecologia, evitar o desmatamento, o fogo, a poluição dos nossos rios, a destruição de nossa fauna, de nossa flora, a proteção às populações indígenas e extrativistas, bem como de todos aqueles que trabalham com a terra. O programa visa também esclarecer normas políticas e desencadear ações. Coordenar, num trabalho conjunto, todos os órgãos, não só os do governo como também aqueles particulares e a comunidade científica que se interessam pelo meio ambiente.

Realmente, este tema é hoje um tema muito presente em todo o mundo e será o tema de discussão mais permanente no futuro. Todos nós temos a obrigação de proteger a nossa natureza. O homem, através dos séculos e marcadamente com a civilização industrial, está aquecendo a atmosfera com toneladas e toneladas de detritos industriais, provocando chuvas ácidas que destroem florestas, poluindo, mexendo com rios e mares, enfim, provocando uma mudança substancial no planeta, afetando o clima e ameaçando as gerações futuras. Temos colocado a questão ambiental em termos racionais. Sabemos que este é um problema do governo, mas é, sobretudo, um problema de consciência, da consciência nacional.

Todos, todos mesmo, devem ter a consciência de que não devemos depredar a natureza. Devemos preservá-la, conservá-la, para não perdê-la. Devemos manter, nas escolas, cursos de educação ambiental. Devemos formar as pessoas para que elas respeitem a natureza, tenham amor por ela. Este assunto, nós também compreendemos que tem uma conexão internacional. Afinal, todos nós somos passageiros na terra, este planeta que gira no infinito, onde a vida existe como uma grande graça de Deus. Nós não podemos destruí-lo. Somos todos irmãos nesta aventura do homem. Assim, é um crime contra a humanidade investir-se na autoridade de destruir a vida, como fazemos, por exemplo, os grandes que detêm arsenais nucleares, capazes de varrer a vida na face da terra durante várias vezes e mesmo destruir a Terra.

Hoje, o Brasil tem cerca de 10% de seu território ocupado por reservas indígenas, dezenas e dezenas de parques florestais, florestas nacionais, medidas de lei de proteção à natureza, e nossa Constituição tem um capítulo de meio ambiente, o mais avançado no direito constitucional moderno. Assim, o programa “Nossa Natureza” é um marco extremamente importante. Nele, o governo vai dar continuidade, agora redobrada, às ações que se destinam a preservar o meio ambiente.

Agora, uma palavra sobre a situação nacional. Quando foi votada a nova Constituição, eu tive a oportunidade de dizer que ela criava uma nova Federação, dava novos poderes ao Congresso, novas atribuições aos estados, às prefeituras. Poderes de governo. E, portanto, tinha que mudar o relacionamento entre os poderes. Tinha que ser construída uma nova integração administrativa entre o Executivo e o Legislativo sob pena de o País ficar ingovernável. Agora, estamos em plena guerra para o Plano Verão. O Congresso é co-responsável pela estabilidade econômica. Pelos poderes que ele adquiriu, dele também decorre a estabilidade política, ele não pode ser levado a ver as coisas como governo e oposição somente. O Brasil necessita, para vencer seus problemas, da visão de uma responsabilidade solidária. Por outro lado, os segmentos da sociedade brasileira não podem se comportar alheios a co-responsabilidade de todos nós na construção do País, quer sob o ângulo econômico, quer sob o ângulo político. Porque o Brasil, como eu tenho dito e repetido muitas vezes, começa no seu povo.

Quero dar um exemplo, um exemplo bem recente. Nós tivemos em Brasília uma greve no setor de imprensa. As negociações salariais não chegaram a bom termo. Ante o desacordo, os representantes da área sindical ameaçaram invadir o jornal com um comando encapuzado e quebrar todas as máquinas. Ora, após vinte anos de regime autoritário, a sociedade brasileira teve como modelo político a democracia libe-



José Sarney

ral. Os partidos políticos que se achavam banidos e clandestinos foram legalizados, reincorporados à vida institucional.

A minha paciência, a minha transigência, o meu espírito democrático, tem sido um exemplo para que todos possamos levar a bom termo a transição. O movimento sindical, por sua vez, readquiriu a liberdade de ação para participar das lutas trabalhistas, o direito de greve foi restaurado, enfim, foram criadas condições para que as diversas categorias profissionais exprimissem e defendessem suas reivindicações com o amparo das leis.

O pressuposto fundamental do projeto democrático implantado pela Nova República era, e será a adesão das forças políticas e dos movimentos sociais ao regime pluralista, ao estado de direito essencialmente liberal que o País adotou e que foi sacramentado pela nova Constituição. Houve, pois, um consenso nacional sobre o regime político reinstaurado no País. Consenso que é a marca das grandes democracias ocidentais. Nós fizemos uma opção pela democracia. Ora, este consenso de base, indispensável ao funcionamento estável de uma sociedade democrática, pluralista, não pode ser colocado em questão por grupos radicais que se utilizam dos direitos sociais para a prática de atos de sabotagem e de vandalismo contra o patrimônio público e privado.

E bom assinalar: o consenso não implica na unanimidade. Ele não é incompatível nem com os conflitos de interesses nem com as divisões partidárias. Até porque, não existe sociedade livre sem conflitos, sem rivalidade de interesses, sem oposição, sem maioria. Numa sociedade democrática o consenso intervém para canalizar as confrontações e as dissensões e torná-las positivas e produtivas. Em suma, uma sociedade pluralista dura pelo consenso que estabelece e progride pela dinâmica dos antagonismos que suscita permanentemente. Mas as confrontações, os conflitos de interesse, não podem ultrapassar os limites do ordenamento jurídico que a sociedade se impôs para viver em democracia. Sair do estado de direito é, sem dúvida, um caminho perigoso que nos leva a um retrocesso que ninguém deseja. Queremos, lutamos pelo estado de direito. O governo da lei e não dos homens. E, portanto, vamos prestigiar a lei porque só a lei assegura a cada um de nós o direito de viver em liberdade. E, precisamente, no respeito a esses limites que devem se mobilizar

todos os democratas. Num momento em que grupos procuram, com atos de desespero, ou ninguém sabe por que, demolir a construção política que todos nós, governo, Congresso, sociedade civil, empreenderam a partir do histórico movimento de afirmação de nossa identidade democrática, que foi a eleição do presidente Tancredo Neves.

Agora devemos repetir. O projeto democrático só subsiste com a adesão da sociedade. Como pode ter êxito qualquer programa, qualquer governo, qualquer direção, com um greve irresponsável, com um assembleísmo anárquico, tendo ainda todos contra, por ser contra, os partidos, o Congresso, os políticos, os trabalhadores, os empresários, os meios de comunicação, numa flagelação que mantém o País sob pressão e todos os valores contestados? Como poderemos então pensar em termos de êxito no avanço da consolidação, rapidamente, da sociedade pluralista e aberta com essa conjugação de fatores, todos contrários?

Nem a Suíça, com seus 2 mil anos de estabilidade, sairia incólume desse processo. Esta é a meditação que peço ao País. Um chamamento à racionalidade e ao bom senso.

Aqui fica, portanto, o meu apelo, a minha reflexão. Sei das dificuldades, mas eu não perco a esperança. Não viemos de tão longe para morrer na chapada, como se diz no Nordeste. O Brasil vencerá. Nós vamos vencer. Mas é preciso estarmos alerta e alertar o nosso povo para os perigos. Muito obrigado e bom dia”.